AGRESTE SANEAMENTO S.A.

CNPJ: 15.401.489/0001-80

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.034	11.300
Contas a receber e outros recebíveis	9	34.260	21.391
Ativo financeiro	9	22.289	20.487
Impostos e contribuições a recuperar		808	623
Outros ativos		3.131	1.693
Total do ativo circulante		**77.522**	**55.494**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos bancários vinculados	8	5.313	5.190
Contas a receber e outros recebíveis	9	1.773	2.088
Ativo financeiro	9	351.058	343.157
Impostos e contribuições a recuperar		7.846	8.409
Outros ativos		2.543	1.023
Total do realizável a longo prazo		**368.533**	**359.867**
Imobilizado		685	610
Ativo de direito de uso		826	907
Intangível		15	14
Total do ativo não circulante		**370.059**	**361.398**
Total do ativo		**447.581**	**416.892**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	4.933	3.500
Fornecedores - risco sacado	10	160	146
Empréstimos e financiamentos	11	10.531	12.646
Passivo de arrendamento		733	908
Obrigações fiscais	12	3.157	3.096
Imposto de renda e contribuição social a pagar		161	8
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	14 c.	-	3.000
Outras obrigações		1.771	1.542
Total do passivo circulante		**21.446**	**24.846**
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	166	-
Empréstimos e financiamentos	11	111.831	116.487
Passivo de arrendamento		99	13
Obrigações fiscais	12	35.984	34.839
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	80.695	72.652
Provisão para perdas com causas judiciais	13	133	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	14 c.	30.954	18.773
Outras obrigações		-	189
Total do passivo não circulante		**259.862**	**242.953**
Total do passivo		**281.308**	**267.799**
Patrimônio líquido			
Capital social	14 a.	44.721	44.721
Reservas de lucros	14 b.	121.552	104.372
Total do patrimônio líquido		**166.273**	**149.093**
Total do passivo e patrimônio líquido		**447.581**	**416.892**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Reservas: Incentivos fiscais	Reservas: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**14**	**44.721**	**8.944**	**18.328**	**60.631**	**-**	**132.624**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	26.800	26.800
Constituição de reservas	14 b.	-	-	5.229	11.240	(13.400)	3.069
Reclassificação entre reservas		-	-	(2.285)	2.285	-	-
Dividendos	14 c.	-	-	-	-	(13.400)	(13.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**14**	**44.721**	**8.944**	**21.272**	**74.156**	**-**	**149.093**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	34.361	34.361
Constituição de reservas	14 b.	-	-	5.159	12.021	(17.180)	-
Reclassificação entre reservas		-	-	(980)	980	-	-
Dividendos propostos	14 c.	-	-	-	-	(17.181)	(17.181)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**14**	**44.721**	**8.944**	**25.451**	**87.157**	**-**	**166.273**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	3	85.313	82.817
Custo dos serviços prestados	4	(20.178)	(21.287)
Lucro bruto		**65.135**	**61.530**
Despesas e outras receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	4	(10.014)	(10.417)
Outras receitas líquidas		60	60
		(9.954)	**(10.357)**
Resultado antes do resultado financeiro líquido		**55.181**	**51.173**
Receitas financeiras	5	2.693	4.178
Despesas financeiras	5	(13.545)	(12.917)
Resultado financeiro líquido		**(10.852)**	**(8.739)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**44.329**	**42.434**
Imposto de renda e contribuição social correntes	6	(1.925)	(1.568)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(8.043)	(7.927)
Lucro líquido do exercício		**34.361**	**32.939**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**34.361**	**32.939**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**34.361**	**32.939**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**44.329**	**42.434**
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa:			
Provisão para (reversão de) perdas com causas judiciais	13	133	(40)
Depreciação e amortização	4	1.140	854
Baixa de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento		-	(20)
PIS e COFINS diferidos		1.574	1.438
Encargos e variações monetárias, líquidas		(45.136)	(45.270)
		2.040	**(604)**
Variações em:			
Contas a receber e outros recebíveis		(22.257)	(19.035)
Impostos e contribuições a recuperar		461	4.620
Outros ativos		(2.958)	228
Fornecedores e outras contas a pagar		1.613	(12)
Outras obrigações		40	98
Obrigações fiscais		(368)	(145)
Caixa aplicado nas operações		**(21.429)**	**(14.850)**
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis		57.642	56.318
Impostos de renda e contribuição social pagos		(1.772)	(3.227)
Juros pagos de empréstimos e arrendamento		(10.960)	(11.575)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**23.481**	**26.666**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado		(256)	(106)
Depósitos bancários vinculados		606	473
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**350**	**367**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de financiamentos e arrendamentos		(10.097)	(9.170)
Dividendos pagos	14 c.	(8.000)	(21.627)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(18.097)**	**(30.797)**
Aumento (diminuição) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa		**5.734**	**(3.764)**
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	7	11.300	15.064
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	**7**	**17.034**	**11.300**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

1. Informações sobre a Companhia - **1.1. Informações gerais:** A Agreste Saneamento S.A. ("Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Arapiraca - Alagoas, na Rua Antonio Estevão da Silva, 274. A parte controladora direta e final da Companhia é a Iguá Saneamento S.A. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 27 de março de 2026. **1.2. Contexto operacional**: A Companhia foi constituída para executar contrato de parceria público-privada ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa, firmado com a Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL, tendo como objeto a construção, recuperação, gestão, operação e manutenção do Sistema Adutor do Agreste, bem como a prestação de determinados serviços complementares associados à operação do sistema, incluindo atividades de leitura de hidrômetros, fiscalização e cobrança na área abrangida pela PPP. A operação da Companhia é regida pelos termos do Contrato de Concessão Administrativa nº 90/2012. O prazo contratual da concessão é de 30 anos, com vencimento original em 2042. **1.3. Continuidade operacional:** A Administração avalia continuamente a capacidade da Companhia de manter suas operações no curso normal dos negócios, considerando sua posição financeira, a geração operacional de caixa e as projeções econômicas associadas ao contrato de parceria público-privada. Com base nas avaliações realizadas, incluindo o plano de negócios de longo prazo, a Administração concluiu que a Companhia tem recursos suficientes para honrar seus compromissos e dar continuidade às suas operações no futuro previsível. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. **2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis materiais** - **2.1. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando requerido de forma diversa pelas normas aplicáveis, e são apresentadas em milhares de reais. **2.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia avaliou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). • Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; • Alterações ao OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). As alterações trazidas acima não tiveram impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento	Descrição	Aplicação
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa	01/01/2026
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	01/01/2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Em relação as demais normas contidas na tabela acima não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros. Reforma tributária: Em 2025 foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil. A nova legislação estabelece a criação da Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"), de competência federal, e do Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"), de competência compartilhada entre estados e municípios, os quais substituirão gradualmente tributos atualmente incidentes sobre o consumo, como PIS, COFINS, ICMS, ISS e, parcialmente, o IPI. A legislação também instituiu o Imposto Seletivo ("IS"), aplicável a determinados bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, não abrangendo os serviços de saneamento básico. O período de transição para o novo sistema tributário ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual os tributos atualmente vigentes coexistirão com a CBS e o IBS, de forma progressiva. A Administração acompanha a evolução da regulamentação da reforma tributária e vem conduzindo análises preliminares sobre os potenciais impactos do novo sistema tributário nas operações da Companhia. Considerando que parte relevante da regulamentação complementar e dos aspectos operacionais do novo modelo ainda está em processo de definição, as avaliações relacionadas aos possíveis efeitos sobre os resultados e a posição financeira da Companhia seguem em desenvolvimento e serão atualizadas à medida que novas normas e orientações sejam emitidas pelas autoridades competentes. **2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerce julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são continuamente avaliadas com base em histórico, expectativas futuras e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias, e suas revisões são reconhecidas prospectivamente. Os principais julgamentos e estimativas que possuem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia referem-se, principalmente: **(i)** à mensuração das perdas esperadas de crédito relacionadas às contas a receber e ativos de contrato; **(ii)** ao reconhecimento de gastos capitalizáveis e despesas operacionais considerando a natureza e o potencial de geração de benefícios futuros; **(iii)** à avaliação da recuperabilidade do ativo intangível decorrente do contrato de parceria público privada; e **(iv)** à provisões para perdas com causas judiciais. As estimativas utilizadas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com a natureza e o estágio de desenvolvimento da concessão. A Administração entende que as premissas adotadas são razoáveis e consistentes com a realidade operacional e financeira da Companhia.

3. Receita operacional líquida - **3.1. Política contábil:** As receitas da Companhia decorrem do contrato de parceria público-privada celebrado com a CASAL e são reconhecidas de acordo com os princípios da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Nos termos da ICPC 01 (R1), a infraestrutura vinculada ao contrato de concessão não é reconhecida como ativo imobilizado da Companhia. Em vez disso, os investimentos realizados na construção ou ampliação da infraestrutura são reconhecidos como ativo financeiro, uma vez que tem direito contratual incondicional de receber caixa da concedente em contrapartida pelos serviços de construção prestados. As receitas da Companhia são compostas, substancialmente, por receitas de construção, receitas associadas ao ativo financeiro da concessão e receitas de operação e manutenção da infraestrutura. a) Receita de construção: A Companhia reconhece a receita de construção na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. A Administração estima que o valor justo da contraprestação associada aos serviços de construção seja equivalente ao custo incorrido acrescido dos tributos incidentes sobre a receita (PIS e COFINS). b) Receita de ativo financeiro: A receita de ativo financeiro corresponde à remuneração financeira associada ao ativo financeiro reconhecido no âmbito do contrato de concessão. Essa remuneração é reconhecida ao longo do prazo da concessão com base na taxa de desconto definida no modelo econômico-financeiro do contrato, refletindo o custo do capital e os riscos associados ao projeto. Para fins de mensuração do ativo financeiro da concessão, a Companhia utiliza a taxa de desconto de 11,85% ao ano. A receita de ativo financeiro está diretamente associada à remuneração dos investimentos realizados no âmbito do contrato de concessão, sendo apresentada como receita operacional, em conformidade com a orientação contida no CPC 05 – Contratos de Concessão. c) Receita de serviços de operação: A Companhia reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão, quando (i) identifica as diferentes obrigações do contrato; (ii) determina o preço da transação; (iii) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (iv) satisfaz todas as obrigações de desempenho. A Companhia satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares e pelo tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pela CASAL.

3.2. Composição

Receita líquida	2025	2024
Serviços	35.289	33.850
Ativo financeiro	57.642	56.318
Construção	1.287	1.229
Total da receita operacional	**94.218**	**91.397**
Impostos sobre serviços	(8.905)	(8.580)
Total da receita operacional líquida	**85.313**	**82.817**

4. Custos e despesas

Natureza dos custos e despesas	2025	2024
Custo de construção	(3.924)	(6.001)
Depreciação e amortização	(1.140)	(854)
Serviços de terceiros	(3.957)	(5.840)
Pessoal	(14.749)	(13.790)
Taxas de fiscalização	(1.119)	(324)
Energia elétrica	(1.046)	(1.131)
Materiais	(2.048)	(2.035)
Outros custos e despesas	(2.209)	(1.729)
Total	**(30.192)**	**(31.704)**
Custo dos serviços prestados	(20.178)	(21.287)
Despesas administrativas e gerais	(10.014)	(10.417)

5. Resultado financeiro - **5.1. Política contábil:** Compreendem principalmente os valores de juros sobre aplicações financeiras e despesas com juros sobre financiamentos que são reconhecidos no resultado pelo método dos juros efetivos.

5.2. Composição

	2025	2024
Receitas financeiras		
Ajuste de valor presente	251	220
Juros sobre aplicações financeiras	2.351	1.836
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	83	1.058
Descontos obtidos	8	1.022
Outras receitas financeiras	-	42
Total	**2.693**	**4.178**
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(13.258)	(12.600)
Juros sobre arrendamento	(60)	(59)
Outras despesas financeiras	(227)	(258)
Total	**(13.545)**	**(12.917)**
Despesas financeiras líquidas	**(10.852)**	**(8.739)**

6. Imposto de renda e contribuição social - **6.1. Política contábil:** a) Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases contábeis e fiscais de ativos e passivos, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, e são revisados a cada data-base, sendo reduzidos quando essa realização deixa de ser provável. Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data-base e apresentados de forma líquida quando há direito legalmente executável de compensação e quando relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade tributária. c) Subvenções governamentais: A Companhia possui incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura, em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

6.2. Composição: Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

Imposto de renda e contribuição social	Ativo 2025	Ativo 2024	Passivo 2025	Passivo 2024	Resultado 2025	Resultado 2024
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	8.876	8.876	-	-	-	-
Ajuste a valor presente	2.483	2.327	-	-	156	(75)
Outras diferenças temporárias	-	172	-	-	(172)	(23)
Provisão para perdas em causas judiciais	45	-	-	-	45	-
Arrendamentos	2	-	-	-	2	-
Contas a receber – contratos de concessão	-	-	91.944	83.861	(8.083)	(7.685)
Incentivo fiscal - inovação tecnológica	-	-	157	166	9	(166)
Perda de receita com obrigação do indicador de desempenho	-	-	-	-	-	22
Total	**11.406**	**11.375**	**92.101**	**84.027**	**(8.043)**	**(7.927)**
Compensação (a)	(11.406)	(11.375)	(11.406)	(11.375)	-	-
Líquido	**-**	**-**	**80.695**	**72.652**	**(8.043)**	**(7.927)**

(a) Saldo de ativo e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação passiva, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

6.3. Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2025	2024
Resultado do exercício antes dos impostos	44.329	42.434
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto à alíquota normal	**(15.072)**	**(14.428)**
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(275)	(59)
Subvenção governamental	5.159	5.229
Outros	220	(237)
Total de despesas com imposto de renda e contribuição social	**5.104**	**4.933**
Imposto corrente	(1.925)	(1.568)
Imposto diferido	(8.043)	(7.927)
Alíquota efetiva	**22%**	**22%**

7. Caixa e equivalentes de caixa - **7.1. Política contábil:** O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

7.2. Composição	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldos bancários			183	199
Certificado de depósito bancário	98,50% do CDI	14,10%	16.851	11.101
Total caixa e equivalentes de caixa			**17.034**	**11.300**

8. Depósitos bancários vinculados

	Rentabilidade média	Taxa média de remuneração	2025	2024
Fundos de investimento	101,21% do CDI	14,48%	5.313	5.190
Não circulante			5.313	5.190
Total			**5.313**	**5.190**

Depósitos bancários vinculados referem-se a montante retido na Companhia para constituição de conta reserva do financiamento mantido junto à Caixa Econômica Federal equivalente às três parcelas mensais vincendas.

9. Contas a receber e outros recebíveis - **9.1. Política contábil:** Os saldos de contas a receber e outros recebíveis referem-se principalmente a valores a receber da Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL decorrentes do contrato de parceria público-privada, incluindo contraprestações pecuniárias pelos serviços de operação e manutenção e valores associados à atualização do ativo financeiro reconhecido nos termos da ICPC 01 (R1). Esses ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

9.2. Composição	2025	2024
Recebíveis de contratos de concessão	13.564	1.019
Direitos a faturar contratos de concessão	55.222	55.411
Ativo financeiro	373.347	363.644
Total contas a receber	**442.133**	**420.074**
(-) Ajuste a valor presente	(6.647)	(6.845)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(26.106)	(26.106)
Circulante	56.549	41.878
Não circulante	352.831	345.245
Total	**409.380**	**387.123**

A taxa média de desconto do ajuste a valor presente sobre o montante de contas a receber é de 10,71% ao ano (10,50% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

9.3. Composição por vencimento do contas a receber: A composição por vencimento dos recebíveis de contratos de concessão e direitos a faturar é como segue:

	2025	2024
A vencer	42.680	30.324
Acima de 360 dias	26.106	26.106
Total	**68.786**	**56.430**

10. Fornecedores e outras contas a pagar	Nota	2025	2024
Fornecedores diversos		4.819	3.133
Operações mensais - partes relacionadas	17	280	367
Circulante		4.933	3.500
Não circulante		166	-
Total		**5.099**	**3.500**

Fornecedores – Risco sacado: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta, em linha separada no balanço patrimonial, o montante de R$160 (R$146 em 31 de dezembro de 2024) referente a fornecedores risco sacado, sendo que essa operação não implicou alteração nos prazos e nas condições originais de pagamento.

11. Empréstimos e financiamentos: 11.1. Política Contábil - São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

11.2. Composição

Linha de crédito	Indexador	Juros médios a.a. (%)	Vencimento	2025	2024
Contrato de financiamento e repasse - CEF	TR	10,68	2035	122.362	129.133
Circulante				10.531	12.646
Não circulante				111.831	116.487
Total				**122.362**	**129.133**

11.3. Garantias: As principais garantias do financiamento FCP-SAN é o penhor de ações de emissão da Companhia, vinculação da receita da Companhia por meio da estrutura de contas especiais de garantias, penhor dos direitos creditórios e constituição de conta reserva equivalente a três prestações mensais vincendas (vide nota explicativa nº 8). **11.4. Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants):** Os índices financeiros relativos ao cumprimento de cláusula contratual restritiva são verificados com base nas datas bases estipuladas no contrato de financiamento firmado entre a Companhia e a Caixa Econômica Federal, tendo obrigação de atingimento em todo encerramento de exercício. A Administração acompanha os cálculos desses índices periodicamente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas, estando em conformidade com todos os índices financeiros previstos nos contratos de financiamento. Os índices financeiros devem ser observados, conforme abaixo: **Índices financeiros:** Índice de cobertura do serviço da dívida ((EBITDA (-) Tributos pagos (-) Investimentos (+) Empréstimos (+) Aporte (+/-) Variação de Capital de Giro) / (Amortização do Principal + Pagamento de juros)) maior ou igual a 1,3; e Capital social maior ou igual a 20% dos investimentos financiados.

11.5. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

Saldo em 1º de janeiro de 2024	**136.533**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Amortização do principal	(8.484)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(8.484)**
Outras variações	
Provisão de juros	12.600
Pagamento de juros	(11.516)
Total de outras variações	**1.084**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**129.133**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	
Amortização do principal	(9.129)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**(9.129)**
Outras variações	
Provisão de juros	13.258
Pagamento de juros	(10.900)
Total de outras variações	**2.358**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**122.362**

12. Obrigações fiscais	2025	2024
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	31.749	30.409
Programa de Integração Social (PIS)	6.816	6.602
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	17	49
Parcelamentos Federais	552	806
Outros	7	69
Circulante	3.157	3.096
Não circulante (a)	35.984	34.839
Total	**39.141**	**37.935**

(a) O montante de R$35.644, refere-se ao PIS e COFINS diferido sobre a diferença temporária da receita do ativo financeiro.

13. Provisão para perdas em causas judiciais - **13.1. Política contábil:** As provisões para perdas com causas judiciais são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e sendo possível a estimativa confiável do valor envolvido, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As contingências classificadas como de risco possível não são reconhecidas contabilmente e são divulgadas nesta nota explicativa. As contingências avaliadas como de risco remoto não são reconhecidas nem divulgadas. A avaliação da probabilidade de perda e a mensuração dos valores envolvidos consideram a natureza das demandas, a jurisprudência aplicável, a experiência histórica da Companhia em casos semelhantes e a opinião de assessores jurídicos internos e externos. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, decisões judiciais ou administrativas relevantes e novas informações disponíveis. **13.2. Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes:** a) Trabalhista:: As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por ex-empregados da Companhia, ex-empregados de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas, danos morais, horas-extras e sobreaviso, escala de revezamento, adicionais de insalubridade, periculosidade e desvio de função.

13.3. Movimentação das provisões	Trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Adições	133
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**133**

13.4. Passivos contingentes: As contingências passivas não registradas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas, com apoio de assessores jurídicos como sendo de risco possível e montam na Companhia uma estimativa de:

Natureza	2025	2024
Cíveis	20.585	19.832
Trabalhistas	224	440
Total	**20.809**	**20.272**

Abaixo, descrevemos o processo relevante avaliado como sendo de risco possível: Processo 0704009-60.2017.8.02.0058 - Ação contra a Companhia requerendo indenização relativa à área onde está implantada uma estação de tratamento de água ("ETA") operada pela Concessionária. O autor alega que arrematou um imóvel na Justiça do Trabalho e, ao tomar a posse do bem, verificou que nele estaria a ETA. A Companhia comprova que a ETA foi instalada anos antes da arrematação do autor em área da CARHP (Companhia Alagoas de Recursos Humanos e Patrimoniais), devidamente desapropriada pelo Estado de Alagoas. Após a contestação, iniciou-se a fase pericial, neste momento aguardarmos a conclusão da fase pericial. A Companhia, juntamente com seus assessores jurídicos, avalia o prognóstico de perda como possível. Estimativa do valor a ser indenizado em hipótese de insucesso da tese é no montante de 5.348 (R$5.348 em 31 de dezembro de 2024).

14. Patrimônio líquido - a) Capital social: O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R$44.721, representado por 44.721 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2024), pertencentes ao seguinte acionista:

	2025	2024
Iguá Saneamento S.A.	100%	100%

b) Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva legal	8.944	8.944
Reserva de Incentivos fiscais	25.451	21.272
Reserva de retenção de lucros	87.157	74.156
Total	**121.552**	**104.372**

Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. *Reserva de incentivos fiscais:* A Companhia possui uma redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração das atividades do setor de infraestrutura em virtude da implantação de suas instalações na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, pelo prazo de 10 anos a contar de 2021. Em contrapartida, a Companhia não poderá distribuir aos acionistas, o valor do imposto que deixar de ser pago. O montante dos incentivos é reconhecido no resultado, pelo regime de competência, e mantido em reserva de incentivos fiscais que somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. *Reserva de retenção de lucros:* É destinada à aplicação em investimentos ou para futuras distribuições de dividendos previstas conforme Plano de Negócio aprovado em Assembleia Geral. c) Dividendos: O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente, a Companhia segue o que determina o art. 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato de financiamento firmado com o banco Caixa Econômica Federal - CEF e, dentre estas obrigações, não poderá distribuir quaisquer recursos aos acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização do contrato sem prévia anuência da CEF, estando autorizada desde já a efetuar a distribuição dos referidos recursos, uma vez que o índice de cobertura de serviço da dívida – ICSD foi atendido para os exercícios de 2025 e 2024.

A Companhia atribuiu dividendos conforme abaixo:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	**26.930**
Pagamento de dividendos	(21.627)
Dividendos mínimos obrigatórios - (50% lucro ajustado)	16.470
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**21.773**
Pagamento de dividendos	(8.000)
Dividendos mínimos obrigatórios - (50% lucro ajustado)	17.181
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**30.954**

Proposta de destinação do resultado do exercício:

	2025
Lucro líquido do exercício	34.361
(-) Constituição de reserva de incentivos fiscais	(5.159)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - (50% do lucro ajustado)	(17.181)
(-) Retenção de lucros	(12.021)
Saldo	**-**

15. Gerenciamento de capital: A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de assegurar a continuidade operacional, suportar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, viabilizar a execução dos planos de investimento de longo prazo e manter acesso sustentável a fontes de financiamento compatíveis com o perfil de maturação de seus ativos. O gerenciamento de capital considera, de forma integrada, o patrimônio líquido, o nível e o perfil de endividamento, a geração operacional de caixa e o cronograma de investimentos obrigatórios. Como métrica de acompanhamento interno, a Administração monitora o índice de alavancagem, definido como a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido atribuível aos controladores. A dívida líquida, para esse fim, corresponde ao total de passivos, deduzido do caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados. A posição de dívida líquida e o respectivo índice de alavancagem ao final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Total do passivo	281.308	267.799
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados	(22.347)	(16.490)
(=) Dívida líquida (A)	258.961	251.309
Total do patrimônio líquido (B)	166.273	149.093
Índice de alavancagem (A/B)	**1,56**	**1,69**

16. Instrumentos financeiros - **16.1. Categoria dos instrumentos financeiros:** a) Ativos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: custo amortizado e valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial. São mensurados ao custo amortizado os instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos financeiros que têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício. b) Passivos financeiros: A Companhia classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado. As variações desses passivos, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de "receitas (despesas) financeiras". A divulgação das mensurações do valor justo dos ativos avaliados ao valor justo por meio do resultado segue a seguinte hierarquia de mensuração: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis). A seguir, são apresentados os instrumentos financeiros por categoria. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2 da hierarquia do valor justo, e não houve transferências entre níveis em 31 de dezembro de 2025.

	Nota	Ativo: Valor justo por meio do resultado 2025	2024	Ativo: mensurado ao custo amortizado 2025	2024	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado 2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	11.101	17.034	199	-	-
Depósitos bancários vinculados	8	5.313	5.190	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	9	-	-	36.033	23.479	-	-
Ativo financeiro	9	-	-	373.347	363.644	-	-
Ativos financeiros		**5.313**	**16.291**	**426.414**	**387.322**	**-**	**-**
Fornecedores e outras contas a pagar	10	-	-	-	-	5.259	3.646
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	-	-	122.362	129.133
Passivo de arrendamento		-	-	-	-	832	921
Passivos financeiros		**-**	**-**	**-**	**-**	**128.453**	**133.700**

16.2. Fatores de riscos financeiros: A Companhia possui exposição a riscos de crédito, liquidez e mercado, resultantes de instrumentos financeiros. *Estrutura do gerenciamento de risco:* A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *i) Risco de crédito:* O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras em decorrência do não cumprimento, por parte de clientes ou contrapartes, de suas obrigações contratuais. A exposição ao risco de crédito está concentrada, principalmente, nas contas a receber de clientes e nos saldos de caixa e aplicações financeiras. *Contas a receber e outros recebíveis:* O fator mitigante do risco de crédito de cliente da Companhia é o contrato de Parceria Público Privada com a CASAL, para o qual foi instituída conta vinculada (contrato firmado entre CASAL, Agreste Saneamento S.A. e Caixa Econômica Federal), apenas movimentável pelo agente financeiro (CEF). Trata-se de uma conta arrecadadora onde toda arrecadação destinada como garantia do contrato de PPP, conforme 4º Termo Aditivo do Contrato de PPP e 1º Termo Aditivo do Contrato de Nomeação de Agente de Garantia e Administração de Conta Vinculada, é centralizada. Mensalmente, até o 5º dia útil a Companhia comunica à CEF, o valor da contraprestação pecuniária a ser recebida, na hipótese de controversa ao valor da contraprestação. Havendo controvérsia, o recurso deverá ficar bloqueado na conta vinculada até que as partes entrem em acordo sobre a parcela em controvérsia da contraprestação ou até que tenham sido executados os instrumentos de solução de controvérsias. Mediante primeiro termo aditivo ao contrato de concessão, o pagamento da contraprestação plena prevista para iniciar no 25º mês de vigência do contrato de concessão foi postergado para o 32º mês, sendo as diferenças de fluxo de caixa diluídas nas contraprestações futuras. A Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL não vinha realizando a liquidação da contraprestação plena e desta forma, o segundo termo aditivo firmado em 27 de março de 2017, determinou que as questões relativas aos valores a serem recebidos do 25º ao 42º mês do contrato estarão suspensas até a conclusão dos procedimentos arbitrais pertinentes a esta oposição de interesses, bem como determinou que a contraprestação pecuniária plena será devida a partir do 60º mês do contrato, com incremento na contraprestação à partir 63º mês do contrato relativo ao capex adicional. Eventuais diferenças de recebimento ocorridas entre o 43º e 59º mês em virtude do reequilíbrio financeiro ocorrido, serão diluídas nas contraprestações futuras a partir do 60º mês. As diferenças de contraprestação do 25º ao 42º mês totaliza o montante de R$26.106 a receber que não foi liquidado pela CASAL e que também não fez parte do reequilíbrio, todo este montante está classificado como perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, vide nota explicativa 9. A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contábeis dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial, como segue abaixo:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.034	11.300
Depósitos bancários vinculados	8	5.313	5.190
Contas a receber e outros recebíveis	9	36.033	23.479
Ativo financeiro	9	373.347	363.644
Circulante		73.583	53.178
Não circulante		358.144	350.435
Total		**431.727**	**403.613**

ii) Risco de liquidez: O risco de liquidez representa a possibilidade de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos à medida que se tornam devidos. A gestão desse risco considera o perfil de vencimento dos passivos financeiros, a estrutura de capital do projeto e a previsibilidade dos fluxos de caixa ao longo da concessão. A Administração mantém acompanhamento contínuo das necessidades de caixa e, quando necessário, avalia alternativas de captação de recursos, incluindo financiamentos e aportes de capital, de forma a assegurar liquidez adequada para a condução normal das operações. O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2025	2024
Financiamentos	11	122.362	129.133
Passivo de arrendamento		832	921
Fornecedores e outras contas a pagar	10	5.259	3.646
Circulante		16.357	17.200
Não circulante		112.096	116.500
Total		**128.453**	**133.700**

iv) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado impactem os resultados da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. Esse risco decorre, principalmente, de variações em taxas, preços e custos relevantes para as operações. No contexto de contratos de concessão, o risco de mercado inclui, ainda, o risco de elevação dos custos de obras e serviços, que pode afetar negativamente as margens do negócio ao longo do período contratual. O objetivo da gestão de risco de mercado é identificar, avaliar, gerenciar e controlar as exposições a riscos dentro de parâmetros considerados aceitáveis, buscando, ao mesmo tempo, a otimização do retorno. *Risco de taxa de juros:* Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TR. *Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável:* Com base no saldo dos recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação e depreciação das taxas

	Exposição em 2025	Provável %	Provável Valor	Apreciação das taxas: Variação do índice em 25% %	Valor	Apreciação das taxas: Variação do índice em 50% %	Valor	Depreciação das taxas: Variação do índice em 25% %	Valor	Depreciação das taxas: Variação do índice em 50% %	Valor
Indexados ao CDI											
Ativos financeiros											
Aplicações financeiras	16.851	13,61	2.293	17,01	2.866	20,42	3.441	10,21	1.720	6,80	1.146
Depósitos bancários vinculados	5.313	13,99	743	17,49	929	20,99	1.115	10,49	557	6,99	371
Total	**22.164**		**3.036**		**3.795**		**4.556**		**2.277**		**1.517**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					**759**		**1.520**		**(759)**		**(1.519)**
Indexados ao IPCA											
Ativos financeiros											
Recebíveis de contratos de concessão	68.786	3,71	2.552	4,64	3.192	5,57	3.831	2,78	1.912	1,85	1.273
Ativo financeiro	373.347	3,71	13.851	4,64	17.323	5,57	20.795	2,78	10.379	1,85	6.907
Total	**442.133**		**16.403**		**20.515**		**24.626**		**12.291**		**8.180**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					**4.112**		**8.223**		**(4.112)**		**(8.223)**
Indexados a TR											
Passivos financeiros											
FCP - SAN	(122.362)	1,84	(2.251)	2,30	(2.814)	2,76	(3.377)	1,38	(1.688)	0,92	(1.126)
Total	**(122.362)**		**(2.251)**		**(2.814)**		**(3.377)**		**(1.688)**		**(1.126)**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					**(563)**		**(1.126)**		**563**		**1.125**
Exposição líquida total dos ativos e passivos financeiros	**341.935**		**17.188**		**21.496**		**25.805**		**12.880**		**8.571**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					**4.308**		**8.617**		**(4.308)**		**(8.617)**

Fontes: as informações das taxas foram extraídas das seguintes fontes: IPCA, CDI e TR - B3, projeção para os próximos doze meses.

17. Partes relacionadas - **17.1. Política:** As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e seus acionistas e outras companhias ligadas do mesmo grupo econômico e seguem os termos e condições pactuados entre as partes, os quais são monitorados pelos órgãos de governança para assegurar equilíbrio econômico das transações. Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram os resultados, são demonstradas a seguir:

		Passivo 2025	Passivo 2024	Resultado 2025	Resultado 2024
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos		(Nota 10)	(Nota 10)		
Centro de soluções compartilhadas – CSC	(a)	270	143	(2.323)	(2.315)
Repasse de recursos e custos – CSC	(b)	10	224	(16)	(130)
Circulante		280	367	-	-
Total		**280**	**367**	**(2.339)**	**(2.445)**

a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço. b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço. **17.2. Remuneração da Administração-chave:** A Companhia obtém serviços de pessoal-chave da Administração diretamente de sua Controladora e não há valores incorridos pela Companhia por esses serviços.

18. Seguros: A Companhia tem cobertura de seguros contra riscos operacionais, riscos de engenharia, riscos de responsabilidade de terceiros, garantia contratual, seguro de vida e seguro de frota para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Companhia.

19. Compromissos: a) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão: A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada). A Companhia realiza periodicamente inventário destes bens, como forma de controlar as movimentações e avaliação dos mesmos.

Composição da Diretoria

Diretoria

Angela Cristina Lins da Silva — **Marcello Cardoso Silva Almeida**

Contador - Fabrício dos Santos Teixeira - CRC/SP nº 1SP347408/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da **Agreste Saneamento S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Agreste Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agreste Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoriaem resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente parafundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior doque o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentosde auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre aeficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis erespectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, combase nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional daCompanhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatóriode auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação emnossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nasevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podemlevar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. •Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive asdivulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventosde maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes Ltda. **-** CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva - Contador - CRC nº 1 SP 205664/O-2

ASSINADO POR
COOPERATIVA DE PRODUCA
E TRA - PJ
sDoc
CNPJ 08951056000133
ACT-Safeweb 06/04/2026 22:39:49
ICP Brasil